

LEITURAS DO PASSADO: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DA CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA AO BRASIL NAS PÁGINAS DA *VEJA*

Simone da Silva Bezerril*

Os jornais do século XIX não deixaram de registrar o “inusitado” acontecimento protagonizado pela coroa portuguesa, que entre o fim de 1807 e início de 1808 cruzou o Atlântico em direção à América. A partida de D. João e de sua corte mobilizou vários jornais da época, na Inglaterra, França, Espanha e nos Estados Unidos.

Segundo relata a historiadora Isabel Lustosa, em artigo especial produzido para a *Folha online*, veiculado em 25 de novembro de 2007, a partida da corte portuguesa para o Brasil foi noticiada, em 19 de dezembro de 1807, na “Gazeta Oficial de Londres”, com a publicação de carta enviada pelo lorde Strangford, que abordo do navio Hibernia escoltava a família real em sua travessia no Atlântico. Na carta, o representante do governo junto à corte de Lisboa, tentaria explicar que a atitude da coroa portuguesa fora sido resultado da política de constante moderação adotada pelo Reino Unido.

Mas, a partida de D. João não apenas pautou a imprensa, como foi motivo de controvérsias na Europa, pois o fato recebeu tratamento diferente de acordo com o ponto de vista de cada jornal. Como ressalta Lustosa (2007), se o periódico oficial de Londres classificou a atitude do príncipe regente como resultado de uma política moderada, o “Moniteur”, de Paris, noticiava, em 7 de julho de 1808, a ‘favorável recepção’ que Bonaparte concedera a uma comissão de lusitanos, composta por nobres e eclesiásticos, que teria ido recebê-lo em Bayonne, em abril daquele ano.

Por sua vez, o historiador Neil Safier da Universidade de Colúmbia Britânica, situada em Vancouver, Canadá, salienta que a transferência da corte portuguesa para o Brasil foi bastante comentada nos periódicos norte-americanos, sendo o fato discutido com entusiasmo e profunda curiosidade durante o primeiro trimestre de 1808. Ainda segundo Safier, “a primeira menção nos periódicos norte-americanos de um projeto que visava a transferir a corte de Lisboa para o Brasil encontra-se na *Federal Gazette and Baltimore Daily Advertiser* (um jornal comercial publicado entre 1796 e 1825) no final de agosto de 1801” (SAFIER, 2008, p. 47).

Duzentos depois, durante as comemorações do bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, festejado em 2008, a mídia, termo entendido como o conjunto dos meios de comunicação, não deixou de se pautar pelo acontecimento “fundador do Brasil”. Dentre os vários periódicos, destaca-se a atuação da revista *Veja*, uma das mais lidas e

* Mestranda - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). E-mail: nowaysimony@hotmail.com.

comentadas no país. No mês comemorativo, março de 2008, os editores do referido periódico lançaram uma edição especial sobre o episódio, com a seguinte manchete: *1808*.

A intenção, neste artigo, é demonstrar como a história foi transformada em acontecimento jornalístico, apontando os aspectos e os sentidos que foram atribuídos, pela *Veja*, ao fato. É evidente que para uma abordagem que contemple a história da leitura seria necessário a obtenção de dados e informações correspondentes, por exemplos, à tiragem da revista, ambientes de circulação, possíveis leitores, dentre outros indicadores. Por isso, saliento que tais fatores serão explorados e discutidos apenas em um segundo momento da pesquisa.

Desta maneira, a preocupação evidenciada neste trabalho é de conferir como, dois séculos após chegada da corte, a mídia abordou o fato protagonizado pelo príncipe regente de Portugal. Como o episódio de 1808 foi levado aos leitores? Que representações política e cultural foram imputadas ao fato? são outras questões aqui levantadas.

Compreendendo tal edição lançada pelo referido periódico como produção de cultura histórica, ao entender que a revisitação do passado não é uma exclusividade do historiador, como ressalta a historiadora Angela de Castro Gomes (2007), e concebendo os impressos como disseminadores de cultura política, este artigo tem como objeto de análise duas matérias publicadas na edição especial da *Veja* sobre a chegada da corte ao Brasil, com o intuito de vislumbrar como a atual imprensa representou o passado, que *status* o conferiu e como tratou os personagens que fazem parte da nossa história. O presente artigo trata-se de uma discussão ainda em fase inicial sobre como o periódico em foco tratou o tema em destaque.

Em relação à categoria de cultura histórica, seguirei a concepção do historiador Elio Chaves Flores, que a compreende como “os enraizamentos do pensar historicamente”, que, aliás, segundo ele, “estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico” (FLORES, 2007, p. 95). Tal entendimento remete ao fato de que a cultura histórica não está restrita à esfera da historiografia e tampouco é um privilégio dos historiadores, pois é, segundo o autor, também apropriada e difundida por uma “uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais” (FLORES, 2007, p.95).

A partir da concepção de Flores, percebe-se que há cultura histórica sendo produzida por diversos produtores culturais (jornalistas, cineastas, folcloristas, artistas, dentre outros) fora do ambiente acadêmico. Assim, não existe apenas uma cultura histórica na sociedade, mas uma multiplicidade de culturas históricas, inclusive àquelas produzidas pelos jornalistas,

que têm como base os padrões midiáticos de escrita jornalística, que, por sua vez, se alimenta dos pressupostos de objetividade e imparcialidade.

Por outro lado, para compreender melhor a noção de acontecimento jornalístico serão fundamentais as concepções elaboradas pelo historiador norte-americano Robert Darnton e por um dos mais respeitados teóricos da comunicação, o francês Maurice Mouillaud. Seus pensamentos foram essenciais para se pensar e discutir, aqui, a atuação da mídia mediante um fato histórico.

Robert Darnton sistematizou no artigo “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica” (2010, p. 76-109), resultado de sua experiência como repórter do jornal norte-americano *The New York Times*, algumas reflexões sobre a atividade jornalística e observou os fundamentos que caracterizam a produção da notícia. Ele percebe que “a primeira coisa que um repórter de Cidades [editoria] faz depois de receber uma tarefa é procurar material pertinente entre casos anteriores arquivados” (2010, p. 102). Assim, ao observar que a notícia é influenciada por concepções prévias e estereótipos, Darnton chama atenção para o fato de que sem categorias preestabelecidas, em relação à produção da notícia, não seria possível classificar a experiência.

Ainda segundo o autor, as notícias são resultantes de um processo complexo que envolve o contexto redacional, ou seja, as relações e hierarquizações existentes no ambiente de trabalho, e um dinamismo cultural herdado de antigas formas de contar histórias.

Por sua vez, ao realizar um estudo semiótico do acontecimento jornalístico, Maurice Mouillaud considera fato e acontecimentos como sinônimos. Ele justifica a afirmação argumentando que “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de fato” (MOUILLAUD, 2002, p. 51). E, salienta que o jornal, e a mídia em geral, não está face a face aos caos do mundo, mas “situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam [...] um real já domesticado” (Idem).

Mouillaud argumenta que dentre um conjunto de operadores simbólicos, o jornal é um deles, sendo apenas, aparentemente, o último, porque os leitores remanejam os sentidos recebidos a partir do próprio campo mental, antes de recolocá-lo em circulação no ambiente cultural. Assim, afirma o teórico: “a informação não é o transporte de um fato, é um clique ininterrupto de transformações” (MOUILLAUD, 2002, p. 51).

Em relação ao acontecimento jornalístico, Mouillaud o entende como uma construção dos meios de comunicação, a partir de apreensões e atribuições de sentido às ocorrências. De acordo com o teórico, a mídia “enquadra” a experiência em um padrão preestabelecido, e de tal forma o fragmenta e o descontextualiza.



Percebe-se, então, que a imprensa procura dar forma e sentido ao presente, por meio de uma representação do que acontece nas esferas locais, regionais, nacionais e internacionais. Em outras palavras, é como se os veículos tomassem para si a missão de pautar, explicar e conferir notoriedade às questões ou ocorrências que consideram significantes.

Por outro lado, esse registro é visto por uma parcela de indivíduos como algo verdadeiro e objetivo, pois existe uma credence de que se um fato é veiculado na mídia é porque de fato ocorreu, mas se nada for noticiado sobre ele é porque, no mínimo, não teve grandes proporções, tanto que não foi alvo do interesse dos jornalistas. Tal noção recebeu o fundamento de uma concepção tida como teoria do espelho, sendo a mídia um “reflexo da realidade”.

Esse entendimento não difere muito daquele propagado no século XIX pelos historiadores que defendiam um *status* científico para a história aos moldes das ciências exatas. Pretendiam ser a história objetiva, neutra, verdadeira e imparcial, e, para tanto, elegeram como objetos de estudo da história os documentos impressos e oficiais, sendo o acontecimento passado o campo de atuação dos ditos historiadores.

Se a própria história refletiu sobre seus procedimentos e teorias, resultando na concepção de um novo tipo de história e, conseqüentemente, na ampliação de suas fontes de estudos, no jornalismo, embora também se tenha discutido a concepção de objetividade e levantado novas teorias, como a construtivista, se manteve a propagação do mito da imparcialidade entre os meios de comunicação.

A imprensa diária, como forma de buscar credibilidade, continua a propagar sua neutralidade, mesmo sendo a notícia fruto da combinação de fatores diversos, aos quais se articulam aspectos de ordens variadas, dentre outros: política, economia, cultura, hierarquia no ambiente de trabalho e publicidade.

Embora cada veículo guarde sua especificidade de se trabalhar o presente e de articular os assuntos da atualidade, dimensão temporal entendida por Mouillaud (2002) como a articulação entre presente do jornalista e do leitor, tais meios compartilham características comuns quando o que se está em debate é o acontecimento midiático. Claro que a forma de um jornal impresso ou de uma revista tratar um assunto é diferente, em termos de profundidade e rapidez, da televisão e dos sites noticiosos, cuja atualidade parece ainda menor do que nos demais veículos.

No caso da revista *Veja*, pelo fato de contar com edições semanais, é normal que não acompanhe o imediatismo da notícia em relação aos demais meios, mas, em compensação,

procura redimensionar outras possíveis apreensões, e com isso busca exclusividade sobre as informações em evidência como forma de conquistar os leitores.

Durante as comemorações do bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, a revista não deixou o episódio fora de suas páginas. Se a ênfase dos demais veículos foi elaborada a partir do calendário comemorativo proposto pelo governo do Rio de Janeiro, a *Veja* (disponível em versão online) lançou seu próprio projeto para tratar o assunto de dimensões históricas.

Sabe-se que para o jornalismo é o presente que condiciona suas produções noticiosas. Mas, como um tema histórico é trazido à tona através de uma presentificação (no sentido de resgatar um passado a partir do que está em discussão no presente), a própria efeméride serviu de gancho para os jornalistas tratarem a temática.

No mês comemorativo da data em questão, março de 2008, os editores da *Veja* decidiram lançar uma edição especial sobre o episódio. Para isso, a revista, fundada em 1968, se transportou no tempo e publicou a edição cujo título era *1808*. Na capa uma foto do rosto de D. João, acompanhado com o subtítulo: *Este é o homem*. A intenção da revista era noticiar a chegada do príncipe regente e de sua corte como se estivesse em atividade naquela época. Dessa maneira, a revista faz uso de uma história do presente às avessas, mergulhando em um momento histórico para “resgatá-lo” e “registrar-lo” como se estivesse acontecendo naquele instante.

A partir dessas análises será possível entender como atua o jornalismo e em que se constitui o acontecimento jornalístico, em comparação com um fato legitimado no âmbito historiográfico. O estudo permitirá entender como o jornalismo entende o processo histórico, que sentido lhe atribui e que aspectos privilegia para ser veiculado.

É evidente que este estudo serve para vislumbrar a construção do acontecimento jornalístico no presente porque as concepções e as características de uma revista naquela época não seriam iguais às de hoje, pois a tecnologia estrutural e redacional do jornalismo no século XIX no Brasil era bem diferente. Aliás, é com D. João que se inaugura a imprensa na Colônia, que nasce nas entranhas oficiais e, portanto, também manipulada como as contemporâneas, sendo que estas últimas procuram se legitimar como independentes.

A espetacularização, ou a dramatização, se apresenta como dispositivo à mídia. Essa característica pode ser logo percebida não somente no título da edição especial da *Veja*, como nos títulos internos à revista. Na mesma direção, não seriam diferentes os conteúdos abordados pela revista.

O sumário da revista compõe-se de seis segmentos, como se cada uma fosse uma editoria: “Páginas Amarelas”, “Família Real”, “Império”, “Internacional”, “Geral” e “O fim da história”. O primeiro tópico traz uma entrevista com Thomas Jefferson. Já o seguinte elenca seis subitens: “O Brasil aonde a corte chegou”; “Foi um caos deixar Portugal”; “Sede e sofrimento na fuga pelo mar”; “O Rio de Janeiro recebe os reais”; “Dom João, o príncipe cheio de problemas” e “Carlota Joaquina: ela quer o poder”.

Nos demais segmentos, são elencados os seguintes assuntos: “Império: Napoleão domina a Europa”, “A invasão da Espanha já começou”, “Os Bonaparte: caso de família”; “Internacional: Império Otomano - os radicais no poder”.

A editoria Geral está subdividida em sete subtópicos: “Moda - A imperatriz do bom gosto”; “Gente - Quem é quem em 1808”; “Perfil - O jovem e escandaloso Byron”; “Sociedade - Faltam maridos na Inglaterra”; “Cidades - As grande obras de Paris”; “Tecnologia - A revolução das máquinas” e “Gastronomia - As delícias do chefe Carême”. Por fim, tem-se o segmento “O fim da história”, cujo subtítulo é: “O que aconteceu com os principais personagens mencionados nesta edição”.

Pela amplitude dos assuntos, vislumbra-se aquilo que diz Mouillaud sobre o jornal, mas que também pode ser estendido à revista. O autor se refere ao fato do periódico pretender trazer uma multiplicidade de informações, em detrimento de algumas ausências, como forma de passar a ideia de que a imprensa abrange tudo que está acontecendo, estratégia esta que impede notar a não abordagem de outras questões.

Para o trabalho em foco, serão trabalhadas apenas duas matérias da seção “Família Real”, por se entender que são representativas das demais construções, e também pelo fato de não se culminar em uma análise repetitiva ou mesmo superficial.

Como a atualidade é feita “dos acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os enuncia, do jornal que os publica e do leitor que os lê” (MOUILLAUD, 2002, p. 72), a revista *Veja* oferece uma atualidade a acontecimentos passados a partir de fundamentos que se alicerçam no presente, pois sem essa condição tornaria inviável o trabalho do jornalista, já que, com alerta Mouillaud, “os presentes não se articulam para formar uma narrativa, fundem-se sobre um assunto cuja presença os sustenta (MOUILLAUD, 2002, p. 72).

Assim, a comemoração pelo bicentenário da corte portuguesa ao Brasil possibilita uma volta ao passado, mas um retorno que encontra sua justificativa no presente.

Ao reproduzir matérias como se tivessem sido elaboradas no momento histórico de suas ocorrências, a iniciativa da *Veja* permite pensar, pelo menos, duas questões: primeiro, a revista se apresenta como valorizadora dos conflitos e fatos históricos; depois, procura se



legitimar passando a ideia de que é mediadora de todas as ocorrências do presente, demonstrando que se o veículo existisse no século XIX não teria deixado “escapar” o momento, ou o cotidiano, apresentado, desde então, como histórico.

Ao tratar de um fato histórico, ou seja, de uma temática em discussão pela historiografia, a *Veja* não deixa de recorrer ao padrão jornalístico para enquadrar a chegada da corte ao Brasil nos modelos noticiosos. Embora o que esteja em questão sejam as comemorações, a revista não se preocupa em discutir o fato historicamente, suas consequências, suas relações com ações políticas do presente. Ao contrário, trata da recomposição de um fato, de seu registro, buscando resgatar uma memória e a repassando como verdade absoluta.

As notícias ou as informações que aparecem na *Veja* podem ser denominadas, para usar o termo de Mouillaud, de pré-construídas, pois o que ocorre é a reconstrução da cena do acontecimento. O jornalismo praticado pela *Veja* transpõe o tempo para produzir informação e, com isso, alimentar a si mesmo, com assuntos que sustentam uma pretensa atualidade. Nas palavras do próprio Mouillaud, “O fato serve de envelope para a experiência” (2002, p. 60), que se torna móvel a partir do paradigma factual.

As regras canônicas (ensinadas nas escolas de jornalismo, as célebres questões: quem, que, o quê, onde, quando, como?) nada são que a expressão em superfície de uma leitura da experiência que é codificada e arbitrária. O modelo é um modelo linear que interpreta toda e qualquer experiência como uma série de transformações encadeadas umas às outras. A linearidade é o esquema dentro do qual a experiência é apreendida para ser comunicada: serve de suporte ao paradigma do “fato”, cuja forma canônica é a transformação de um “estado”. “Fazer”, “ser”, “estar” são os verbos fundamentais que servem de matriz para todos os acontecimentos (MOUILLAUD, 2002, p. 60-61).

Então, inspirada em Michel de Certeau (1982), o que produzem os jornalistas quando se voltam ao passado? Poder-se-ia afirmar que na tentativa de ampliar suas “matérias-primas”, os jornalistas buscam no passado histórico não apenas elementos para fundamentar suas matérias, tendo como reforço estudos historiográficos, mas também, como no caso em questão, buscam atribuir ao passado um sentido e veiculá-lo como se fosse histórico. Além disso, pode-se afirmar que os impressos tanto representam como disseminam práticas políticas.

Segundo as assertivas de Darnton, a história pode ser piorada em vez de ser melhorada, e a pior versão de todas, pelo menos para uma nação de telespectadores, talvez seja a história como dramatização (DARNTON, 2010, p. 75).



Percebe-se, dessa forma, que a história que é representada pela *Veja* perpassa pelo espetáculo, ou pela ampliação da cena, características estas inerentes ao jornalismo cotidiano, que, como diz Mouillaud, oferece o presente aos leitores, que, por sua vez, quando se põem diante de um veículo noticioso têm a impressão de serem colocados em contato com a realidade. É como se o acontecimento não pertencesse à esfera do social, sendo assim concebido a partir da mediação midiática.

Se por um lado, a escrita histórica é imaginação, claro com recorrência às fontes, condicionada pelo tempo social e histórico, como assevera Certeau (1982), a jornalística também o é, tendo como determinante a ideologia política e econômica da empresa em questão.

Pode-se aludir ao fato de que se o jornalismo atende às leis do seu campo, com objetivos próprios, com a história não acontece diferente, pois também obedece a regras do seu tempo, sendo, portanto, a própria história histórica, assim como diz Hans-Georg Gadamer (1998) ao defender que a disciplina história poderia ser entendida como uma ciência da hermenêutica, cuja compreensão tem suas raízes firmadas na dimensão temporal.

Partindo para as análises, vislumbra-se a construção simbólica dos seguintes aspectos: primeiro, a capa da revista, a manchete, os títulos das matérias e o conteúdo abordado. Em seguida, será feita uma comparação dessas construções informativas com os padrões jornalísticos de concepção do acontecimento, com o objetivo de tentar entender que história, ou aspecto histórico, a efeméride do bicentenário da chegada da corte foi representado nas páginas da *Veja*, em 2008.

Observa-se, por outro lado, que ao publicar uma edição especial, a revista isolou ou deu um *status* diferenciado ao fato. O presente apareceu nas matérias como projeção, ou expectativa de futuro.

Na capa, aparece a figura de D. João, que toma todo o espaço da revista. A imagem é seguida pela manchete *1808* e por um subtítulo dizendo: *Este é o homem*, em referência ao príncipe regente. Enfatizar uma data e conferir *status* a alguém como “um grande homem” permite estabelecer uma relação entre a atividade jornalismo praticada no século XXI e concepção de história defendida nos fins do XIX, aquela feita tendo como objeto “os feitos dos grandes homens”.

Outra vertente que aproxima os pressupostos defendidos pelo jornalismo contemporâneo da história de Leopold Von Ranke é a pretensa busca de legitimidade e credibilidade através dos discursos da objetividade, verdade e imparcialidade. A incessante busca de transparecer uma neutralidade também dispõe de dispositivos de construção da

narrativa jornalística, no intuito de se mostrar ser verossímil, impondo um “efeito de verdade”.

Se na história tradicional foram delimitados o campo de atuação e as fontes próprias do historiador (campo da política e fontes impressas oficiais), no jornalismo as fontes consideráveis também são as oficiais, ou institucionais.

No que diz respeito à narrativa, a história tradicional prima pela descrição dos fatos em ordem cronológica de suas ocorrências, sendo o historiador um profissional neutro que apenas cumpre a missão de registrar os fatos. No jornalismo, existem duas dimensões da narrativa que são representadas pelos gêneros informativo e opinativo. Essa divisão, ao somar com outros dispositivos, tais como recorrer a mais de uma fonte, possibilita à mídia se apresentar como mediadora imparcial dos impasses sociais.

Sabe-se que tanto na história como no jornalismo, a *práxis* profissional não pode ser exercida fora do momento social e histórico, portanto, embora os teóricos da comunicação já tenham desmistificado a notícia como “espelho da realidade”, as informações jornalísticas ainda procuram sustentar essa visão, que, por outro lado, já foi derrubada pelos historiadores no que se refere ao seu campo de atuação.

Um dos pilares de sustentação das empresas jornalísticas diz respeito aos patrocinadores, que de fato mantêm a sobrevivência dos veículos. Se a *Veja* realmente tivesse existido na época da chegada de D. João seria possível cogitar que o monarca teria concedido uma considerável verba ao periódico. A figura do príncipe é apresentada de forma positiva, pois a revista tenta não apenas justificar a retirada da corte rumo às suas possessões na América, como procura conferir heroísmo à figura de D. João, com isso, tentando balizar suas características mais popularizadas: medroso, fraco, indeciso, comedor de coxinhas.¹

A intenção principal desta discussão não é adentrar ao mérito do conteúdo historiográfico, ou melhor, debater se a revista segue ou não as versões dos historiadores que abordam o período. A ideia é discutir como o jornalismo se apropria de uma temática histórica e lhe confere um novo significado ao transformá-la em acontecimento jornalístico.

Voltando à análise, na matéria intitulada *O príncipe imperfeito* (dentro do tópico D. João: o príncipe cheio de problemas), o príncipe é apresentado como corajoso e esperto, mesmo sem preparação de um estadista.² “O príncipe regente não é exatamente um estadista de destaque – nem reconheça-se, um homem bonito –, mas na última hora tomou a decisão que lhe salvou a pele e a de toda a corte portuguesa” (VEJA ONLINE, março, 2008).

Ora, o príncipe poderia não ser dotado de beleza, mas era capaz de enfrentar toda uma conjuntura política e familiar complicada, como aponta esta outra passagem da matéria em questão:

Com uma expressão sossegada, o lábio superior frouxo dos Habsburgo, de quem descende, a barriguinha saliente e as coxas roliças, o regente poder dar a impressão de que não vê muito do que se passa à sua volta. Engano: ele lê e comenta os documentos que lhe são encaminhados, ouve os ministros, mantém-se a par das intrigas de sua corte (VEJA ONLINE, março, 2008).

Outro ponto positivo em relação à figura de D. João está relacionado com a ideia de sacrifício, pois a matéria deixa implícito que o príncipe teria arriscado a própria vida ao embarcar para o Brasil: “Não é difícil avaliar quanto custou a um príncipe que é tudo, menos aventureiro, abrir mão da vida que sempre conheceu e embarcar na perigosa viagem rumo ao Brasil” (VEJA ONLINE, março, 2008).

Nas páginas da *Veja*, D. João se transformou numa espécie de herói, mesmo com referências a certas “imperfeições”. Numa espécie de biografia, a matéria apresenta a trajetória do príncipe, com se ele tivesse destinado a governar Portugal e, conseqüentemente, o Brasil:

O destino de João deu a primeira das muitas guinadas com a prematura morte do príncipe José, em 1788. Aos 21 anos, ele se tornou o herdeiro do trono. Quatro anos depois, em janeiro de 1792, uma junta médica declarou que sua mãe, a rainha Maria I, estava “em estado de loucura; em 10 de março, o Conselho de Estado pediu ao príncipe João que assumisse as rédeas do reino. Ele se tornou inicialmente príncipe governante e, em 1779, príncipe regente (VEJA ONLINE, março, 2008).

A matéria em estudo não passa de uma descrição linear de datas e fatos, não há problematizações, o que predomina é a capacidade de D. João em lidar com advertências na conjuntura política e na vida conjugal, como fica evidente no seguinte fragmento:

A decisão, difícil e sem precedentes, de transferir a coroa portuguesa para o Brasil ganha uma dimensão especial quando se considera que João Maria José Francisco Xavier de Paula Antônio Domingos Rafael de Bragança tem mais problemas do que nomes. Príncipe herdeiro de um país que, tecnicamente, não existe no momento, ele tem sido incessantemente perseguido por Napoleão Bonaparte, pressionado pelos ingleses, traído pelos sogros espanhóis e enganado pela mulher, que conspira o tempo todo contra o próprio marido. A mãe, todos sabem, é louca (VEJA ONLINE, março, 2008).

Um perfil jornalístico é construído sobre D. João. Segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, no perfil jornalístico, o retrato é menos referencial e mais psicológico. “O interesse recai

sobre a atitude do entrevistado diante da vida, seu comportamento, a peculiaridade de seu modo de atuação” (1986, p. 134).

Assim, embora se apresentem as características comportamentais de D. João, “príncipe de temperamento conciliador e ao mesmo tempo desconfiado, com certa tendência à melancolia” (VEJA, 2008), o governante, chamado de *príncipe imperfeito* no título da matéria, talvez para ressaltar ausência de beleza, é mostrado como um príncipe que conseguiu superar todos os obstáculos.

Ao falar sobre a colônia onde a corte acabara de chegar³, a revista, na matéria *Que país é este*, legitima a importância dos recém-chegados, criando uma expectativa em relação ao destino do Brasil: “A transferência do governo português para cá acelera, inevitavelmente, a dinâmica em direção um futuro independente” (VEJA ONLINE, março, 2008).

Preocupada com a descrição factual, como ocorre no jornalismo, em outra passagem da matéria fica claro a imposição de uma versão positiva da presença da corte, em termos econômico: “Além de liberar o comércio, a chegada da corte portuguesa também enterra o decreto real de 1785, pelo qual se ordenava que, à exceção da indústria têxtil, todas as fábricas em território brasileiro “deviam ser extintas e abolidas” (VEJA ONLINE, março, 2008).

Em termos político, a mesma matéria versa sobre a inteligência política de D. João: “João, tantas vezes criticado como príncipe hesitante, pode ser mais esperto do que se imagina. Talvez não demore a perceber que a separação entre Brasil e Portugal é inevitável, mas não precisa ser litigiosa” (VEJA ONLINE, março, 2008).

Percebe-se, desse modo, a partir das matérias reportadas, que o padrão do fato, suporte de construção do acontecimento jornalístico, como ressalta Mouillaud, serve de paradigma para o jornalismo tratar de temáticas históricas. Tal evidência não poderia ser diferente, pois as ocorrências, sejam elas atuais ou reatualizadas no presente através do dispositivo da presentificação, se constituem em matéria-prima para o jornalista. Por outro lado, nota-se que a maneira da revista *Veja* encarar o tema se assemelha bastante a concepção de história política praticada no século XIX, pois o estar em preponderância são os fatos, visto como puros, e os grandes homens, como sugere a manchete da revista.

A importância que a *Veja* confere ao tema é notado não apenas na publicação de uma edição especial, mas na expansão espacial que lhe é concedida. São 60 páginas, dando a impressão que a revista trata de todos os assuntos possíveis sobre a chegada da corte ao Brasil. É um passado que se abre no presente do leitor, que é colocado como se estivesse diante de uma totalidade, embora, como alerta Mouillaud, não exista a compreensão do todo para o acontecimento, pois “estar no âmbito da batalha é nada compreender” (2002, p. 50).

Portanto, a frase de Mouillaud sugere a existência de duas dimensões interessantes no jornalismo: se estar no meio da batalha significa nada compreender, quer dizer que o jornalismo

apreende ‘recortes’ e confere-lhe sentidos a partir de um modo de fazer que tem como suporte o contexto de produção e todas suas implicações políticas. Por outro lado, como ressalta Darnton (2010), as influências culturais não apenas configuram o homem em um ser social e histórico, como interferem na formação do seu modo de ver o mundo e narrar suas experiências.

Fonte

REVISTA VEJA (versão online). Edição especial – 1808. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/1808/index.html>. Acesso em: 20/5/2012.

Referências Bibliográficas

- DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-109.
- DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 76-109.
- FLORES, Elio Chaves. *Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica*. In: Revista Saeculum, nº 16. João Pessoa, jan/jun, 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. *O Problema da Consciência Histórica*. Trad. Paulo Cesar Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45-63.
- LUSTOSA, Isabel. *O rei da mídia*. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 24/07/2012.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002, p. 49-83.
- SAFIER, Neil. *A chegada da corte portuguesa na ótica norte-americana*. In: Revista USP. São Paulo, n. 79, set/nov, 2008, p. 44-53. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/06.pdf>. Acesso em: 22/07/2012.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

Notas

¹ De acordo com a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em entrevista à revista *Época*, versão online, essa fama depreciativa de D. João “é que se dizia que [Ele] mantinha os frangos no bolso, por que ia para (o palácio de) Maфра e ficava muito tempo escutando música sacra, ouvindo o cantochão. Então ele comia e guardava os ossos no bolso. E também porque tinha um grande consumo de aves nas contas da Ucharia (espécie de dispensa real). Mas na época não se comia carne de boi! Caiu no folclore. Foi repassando e chegou até no Brasil (BASTOS, 22/01/2008)”. A autora ressalta que não existe nenhuma comprovação de que esse folclore das coxas seja verdade. Segundo ela, essa histórica começou a ser oficializada por uma historiografia republicana em Portugal, sobretudo nos textos de Oliveira Lima. Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Não havia Brasil antes de Dom João*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI60045-15254,00.html>. Acesso em: 10/5/2012.

² Em entrevista à revista *Época*, versão online, o historiador Evaldo Cabral de Mello declarou, sobre a imagem de D. João ser um sujeito bobalhão, que: “O que acontece é que no Brasil é 8 ou é 80: ou apresenta Dom João VI como idiota da família ou como o grande estadista mundial. Ele não foi uma coisa, nem outra. Mas o brasileiro é incapaz de pensar de maneira equilibrada. Ele tem de esculhambar o sujeito ou pô-lo nas nuvens. Dom João era um homem medíocre, que vivia escapando das chateações e coisas assim. São duas tendências que se encontra em qualquer parte: ou endeusa ou espinafra (MELLO, 28/1/2008). Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Dom João VI empurra as coisas com a barriga*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI60062-15254,00.html>. Acesso em: 20/5/2012.

³ O historiador Evaldo Cabral de Mello ressaltou que os principais equívocos atribuídos à chegada da corte portuguesa ao Brasil são: pensar que o episódio teve grande repercussão e interesse para toda a Colônia, a não ser como teve início a pressão fiscal. Segundo ele, a vinda de D. João foi positiva para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, com benefícios concretos para os criadores de gado e para a lavoura, respectivamente. Entrevista concedida ao *Jornal do Commercio*. Disponível em: http://brasil2008usp.zip.net/arch2008-03-16_2008-03-22.html. Acesso em: 21/06/2012.